

SIMÕES, L. Concordância nominal de número e a aquisição de regras variáveis. **Cadernos de Pesquisa em Linguística**, vol. 01, n. 01, Porto Alegre, 2005.

Neste estudo procuro rerepresentar uma discussão há muito enfatizada por todos aqueles que se dedicam à questão do letramento no Brasil – o de que questões de bidialetalismo estão implicadas na entrada da criança brasileira em contextos nos quais a língua escrita, especialmente em seus gêneros mais legitimados e mais formais, ocupa lugar central.

Essa discussão, já antiga, teve formulação especialmente direta e didática em Soares (1986), livro no qual a autora tece uma série de argumentos na direção de demonstrar que a escola precisa lidar com o fato de que há enorme distância lingüística entre as propriedades da fala, em cujo processo de aquisição a criança está ainda mergulhada quando toma contato com o ensino formal da leitura e da escrita, e as propriedades da dita norma padrão, esta última intimamente ligada à concepção escolar de escrita, seja ou não tal concepção embaçada por conceitos herdados do prescritivismo e, em larga medida, não só imprecisos mas, conforme já se discutiu largamente, politicamente comprometidos (ver Britto, 1997 e, especialmente, Signorini, 2001).

O ponto de partida aqui, no entanto, distingue-se daquele dos teóricos da educação lingüística. Em tais discussões, as propriedades gramaticais que marcam os dialetos padrão e não-padrão são conhecidos tão-somente a partir da pesquisa sociolingüística brasileira, esta concentrada na descrição de dados de fala de falantes adultos ou, quando muito, púberes e adolescentes. Ou seja, pouco ou nada tem sido discutido sobre os reflexos da situação dialetal brasileira na constituição de diferentes ambientes lingüísticos para a aquisição inicial e, portanto, para a fala e a gramática internalizada das próprias crianças em fase de letramento. A pergunta que move a pesquisa cujos resultados parciais são aqui apresentados é, portanto, a seguinte: considerando regras variáveis da gramática do português, como se dá sua aquisição? Isso porque acreditamos ser essa pergunta, ainda que indagada no contexto dos estudos de aquisição da fala, extremamente relevante na construção de um conhecimento empírico sobre a língua portuguesa que tenha relevância para aplicações ao ensino de língua materna.¹

A regra variável de que tratamos na pesquisa é a concordância nominal de número. Julgamos este um tópico de morfossintaxe especialmente bem talhado para levar adiante nossa discussão. Primeiro, está entre as propriedades da língua portuguesa que mais se salienta nas avaliações lingüísticas dos falantes, que manifestam com relação à regra extrema consciência das relações de estigma e prestígio de que se reveste. Além disso, a regra tem sido extensivamente estudada no contexto da sociolingüística variacionista (Scherre, 1996a e b) de modo que já se sabe o quanto suas características na fala brasileira estão distantes daquelas preconizadas pela gramática e presentes nos gêneros escritos mais formais. Por fim, pouco se conhece sobre seu processo de aquisição (dentre os raros estudos estão, Cerqueira, 1994; Lamprecht, 1997; Capellari e Zilles, 2002).

Por razões de espaço, limito-me aqui a apresentar alguns resultados percentuais relevantes para a seguinte discussão: primeiro, desde muito pequenas, as crianças

¹ Tal pesquisa é desenvolvida por mim em conjunto com Simone Soares, Elaine Capellari, Leonor Simioni e Cristiane dos Santos; as duas primeiras realizando dissertações de mestrado e as duas últimas sua iniciação científica. Agradeço sua contribuição na discussão das questões aqui envolvidas e na coleta e tratamento de dados além daqueles que são aqui apresentados.

demonstram diferenças em sua fala relacionadas à noção sociolinguística de estilo, evidenciando em sua produção oral indícios precoces de socialização da linguagem; também, desde muito pequenas há diferenças relevantes em termos do emprego de certos processos gramaticais da língua entre crianças advindas de diferentes ambientes sociais, sendo a relativa diglossia ao longo de comunidades de fala portuguesa evidente já na fala de suas crianças pequenas. Vejamos de que modo.

Nas Tabelas 1 e 2, apresento resultados percentuais de levantamento realizado majoritariamente por mim no contexto de pesquisa mais ampla sobre aquisição da concordância de número.² Nesse caso, o levantamento toma os dados longitudinais de cinco crianças observadas no contexto da constituição do Banco de dados DELICRI (Guimarães e Lamprecht, 1995). A coleta de dados teve lugar entre 1992 e 1996, majoritariamente em escola privada de Educação Infantil e Ensino Fundamental que era freqüentada por todas as cinco crianças incluídas neste levantamento. As crianças são Carmela (4;3-8;5), Natália (5;4-8;10), Alexandra (4;8-8;6), Gabriel (5;9-9;0) e Matheus (6;2-9;0). A coleta constou de cinco visitas anuais à criança nas quais sua produção de narrativas era gravada em áudio. A coleta das narrativas era realizada nas seguintes três condições: 1) relato pessoal – a criança era convidada pela entrevistadora a realizar narrativa espontânea sobre algo que lhe tivesse acontecido; 2) história ficcional – a criança era convidada a recontar história que conhecesse por tê-la ouvido antes de um adulto (a maioria das histórias contadas são contos tradicionais como *O Chapeuzinho Vermelho*, *Cachinhos Dourados*, *Os Três Porquinhos*; também se registram ocorrências de histórias contadas pela professora na hora da rodinha, a partir de livros); e 3) história em seqüência – a criança era convidada a narrar história que lhe era apresentada em seqüências de quadros impressos. As gravações foram integralmente transcritas ortograficamente, marcando a presença ou ausência de concordância de número pela seguinte notação: *primeiro eu tenho que ver as figura-0s*, em que o artigo *as* foi pronunciado com a marca *-s* de plural, mas tal marca não ocorreu no substantivo *figura* (por isso a transcrição *0s*, cf. Guimarães e Lamprecht, 1995).³

No levantamento, realizei contagem dos sintagmas nominais cuja concordância seguia a regra descrita nas gramáticas normativas, sendo marcada em todos os itens presentes em tal sintagma. Tal tipo de marcação é glosado sob o rótulo *padrão* nas tabelas, e seu número absoluto aparece junto ao número total de sintagmas nominais plurais atestados nas amostras. Note-se que os percentuais totais de marcação padrão atingidos nas amostras da criança foi de 53%. Tais números não controlam diferenças percentuais de marcação em diferentes ambientes lingüísticos, os quais, conforme Scherre (1996a), afetam a probabilidade de aparecimento da marca morfológica. De qualquer modo, são relevantes para a discussão aqui – as crianças demonstram marcar variavelmente a concordância de número, seguindo as direções do uso que fazem os adultos da regra; a escola, no entanto, imporá outras exigências a sua escrita. Tal característica da fala dessas crianças, contudo, não poderá ser simplesmente apagada, e a escola deve estar preparada para lidar com essa variabilidade.

Mais interessante do que esse percentual geral, entretanto, é a manifestação de que tais crianças já demonstram conhecer as ligações entre uma aproximação estilística à norma padrão e o letramento. Dividindo os dados segundo as diferentes condições de coleta,

² Do conjunto dos dados, o levantamento quantitativo referente a uma das crianças, Carmela, foi realizado por Capellari e está publicado em maior detalhe em Capellari e Zilles (2002).

³ Esses dados estão integralmente disponíveis no banco de dados internacional CHILDES, através da Internet.

obtém-se uma interessante diferença percentual. Todas as crianças marcam mais a concordância de número nas condições 2 e 3. Nelas, as narrativas estão de certo modo ligadas a eventos de letramento de que tais crianças participaram; no caso das histórias ficcionais, por essas histórias participarem da transmissão geracional de uma tradição narrativa letrada e, no caso das histórias em seqüência, por estar uma espécie de livro diretamente presente na situação, livro a partir do qual a história se tecia. Na condição 1, de narrativas espontâneas, as crianças falavam livremente de suas vidas cotidianas; contavam como tinha sido seu aniversário, um passeio ao parque, um acidente no qual se machucaram, etc. As diferenças percentuais, favorecendo o uso da forma padrão nas condições 1 e 2 aparecem na tabela na forma de contrastes entre a linha relativa ao *relato pessoal* e aquela que diz respeito a *contando história*.

Tabela 1
Nominais com concordância de número padrão nos dados de crianças em fase de letramento (5;0-9;0)

	Padrão/Total	%
relato pessoal	136/308	44,1
contando história	195/304	64,1
antes da primeira série	74/167	44,3
primeira série e depois	254/445	57
Total	328/612	53,5

Tabela 2
Nominais com concordância padrão nos dados de meninos e meninas em fase de letramento

	Meninas		Meninos	
	Padrão/T	%	Padrão/T	%
relato pessoal	99/204	48,5	33/104	23,5
contando história	123/164	75	72/140	51,4
antes da primeira série	51/113	45,1	23/54	42,5
primeira série e depois	171/255	67	83/190	43,6
Total	222/368	60,3	106/244	43,4

Outro dado relevante no que diz respeito a esses dados é que os percentuais de marcação padrão são maiores nas coletas realizadas mais tardiamente, o que pode, evidentemente, ser simplesmente algo relacionado à maior idade das crianças em tais entrevistas. Realizei, de qualquer forma, a divisão dos dados em dois períodos: antes e depois do ingresso da criança na primeira série do Ensino Fundamental, fase em que tais crianças passam a ser formalmente alfabetizadas (a idade de ingresso varia pouco de uma criança para a outra, ficando por volta dos seis e meio, sete anos de idade). Também esse recorte estabelece diferenças percentuais; todas as crianças utilizam mais a forma padrão no conjunto de dados posterior ao ingresso na primeira série, conforme mostram as tabelas. Com relação a tal recorte, contudo, é interessante notar que a diferença é maior nas meninas do que nos meninos. A razão para tal disparidade de gênero não pode ser sequer especulada

devido às características dessa amostra, que não foi especialmente desenhada para a investigação dessa questão. De qualquer forma, fica aí interessante indagação de pesquisa, principalmente considerando a conhecida correlação entre a categoria sexo feminino e o uso de variantes mais ou menos próximas ao padrão prestigiado, freqüente na pesquisa variacionista e atestada na pesquisa de Scherre sobre a concordância nominal no falar carioca (Scherre 1996b).

Parece, então, haver já anteriormente à alfabetização uma instalada situação de variação sistemática, na qual a criança lança mão de variantes estilísticas para distinguir um estilo cotidiano de entrevista informal, no qual fala de seu cotidiano, do gênero 'história', no qual essas crianças demonstraram um emprego distinto e mais padronizado dos recursos da língua. Além disso, as crianças, especialmente as meninas, demonstraram aproximar-se mais do padrão em fases mais tardias de sua aquisição da língua, talvez em virtude do contato mais direto com a escrita e, quem sabe, com o discurso mais normatizador da escola. Essas são, evidentemente, especulações; cumpre à pesquisa futura em torno do discurso infantil transformá-las em perguntas a serem perseguidas (ver, com relação à aquisição precoce da variação estilística, Andersen, 1990).

Por fim, é de extremo interesse comparar esses dados com resultados parciais obtidos por Capellari (2003), no contexto da produção de sua dissertação de mestrado, ainda em curso. Os dados examinados pela autora neste trabalho dizem respeito a parte da coleta encetada por Zilles (1992). Num de seus conjuntos, tal coleta tem como amostra um grupo de 18 crianças entre 4 e 6 anos de idade, que freqüentavam uma escola pública de Porto Alegre, havendo, nesse sentido um contraste entre os dois grupos de crianças – as crianças da coleta longitudinal aqui examinada eram estudantes da rede privada. Naquele contexto, em situação de interação entre duas crianças, o percentual de uso da concordância padrão ficou em 16%; já num contexto de interação entre a entrevistadora e cada uma das crianças, tal percentual foi um pouco mais alto, 22%. Esse percentual está próximo apenas de um dos percentuais obtidos em meu levantamento: aquele referente ao emprego de concordância padrão pelos meninos em situação de relato pessoal. Em todos os demais casos, os percentuais de emprego da regra padrão na fala dos sujeitos deste trabalho é mais elevado.

É claro que se deve ter em consideração o fato de serem apenas dois os meninos aqui incluídos e que as amostras, tanto a que examino como aquela que Capellari examina, não foram controladas em termos da homogeneidade de categorias sociais como a profissão e a escolaridade dos pais das crianças. Ainda assim, tais diferenças percentuais, com percentuais por vezes bastante baixos de emprego de formas de prestígio, clamam por investigações mais detidas, que busquem entender de que modo a classe social, a ausência de vivências de letramento, entre outros fatores, estão a elas relacionados. Enfim, é fundamental que a pesquisa em aquisição da linguagem dialogue com as questões de letramento, contribuindo, no que toca ao problema do bidialetalismo, para proporcionar à escola conhecimentos mais claros sobre a língua que utilizam e, portanto, sobre a gramática que internalizaram as crianças que lá estão.

Referências

ANDERSEN, E. *Speaking with style: the sociolinguistic skills of children*. New York: Routledge.

- BRITTO, L. P. L.. *A sombra do caos: ensino de língua X tradição gramatical*. Campinas: ALB e Mercado de Letras, 1997.
- CAPELLARI, E. *A concordância nominal de número na fala infantil*. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Mimeo.
- CAPELLARI, E.; ZILLES, A.M.S. A marcação de plural na linguagem infantil: estudo longitudinal. *Revista da ABRALIN*, vol. 1, n° 1, p. 185-218, 2002.
- CERQUEIRA, V. Que faz uma criança com a marca de plural? Um estudo da aquisição de concordância nominal no português. *Atas do 1º Congresso Internacional da ABRALIN*. Salvador: UFBA, 1994.
- GUIMARÃES, A.M.M.& LAMPRECHT, R.R. CHILDES Project: using CHILDES for Brazilian Portuguese. In: FARIA, I.H & FREITAS,M.J. *Studies on the acquisition of Portuguese*. Lisboa, Colibri, 1995, p. 207-214.
- LAMPRECHT, R. Aquisição da morfologia do plural por crianças bilíngües português-alemão. In: I Encontro de CELSUL, 1997, Florianópolis, *Anais*. Florianópolis, UFSC, 1997, vol. 1, p. 107-117.
- SCHERRE, M. Sobre a influência de três variáveis relacionadas na concordância nominal em português. In: SILVA, G.M.; SCHERRE, M. (orgs.) *Padrões Sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis no português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio: Tempo Brasileiro, 1996a. p. 85-117.
- _____. Sobre a influência de variáveis sociais na concordância nominal. In: SILVA, G.M.; SCHERRE, M. (orgs.) *Padrões Sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis no português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio: Tempo Brasileiro, 1996b. p.239-264.
- SIGNORINI, I. Construindo com a escrita “outras cenas de fala”. In: _____. (org.) *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas: Mercado de Letras, 2001. p. 97-134.
- SOARES, Magda. *Linguagem e Escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 1986.
- ZILLES, A. *A ordenação de sujeito, verbo e objeto no discurso narrativo de crianças de 4 a 6 anos*. Tese de doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 1992.